



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COM A PALAVRA OS PROFESSORES DE CIÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PI

Francinete de Assis Campos ¹
Yasmin Rodrigues Passos Ruben Siqueira ²
Georgianna Silva dos Santos ³

RESUMO

Para promover a inclusão escolar é importante que as escolas e os professores tenham um conhecimento adequado sobre a diversidade de aprendizagem, respeitando as necessidades individuais de cada aluno. Nesse caso, o treinamento e desenvolvimento se mostram fundamentais para que se reproduzam as habilidades, os conhecimentos linguísticos, matemáticos e científicos. Diante do exposto, esta pesquisa objetiva discutir os desafios da educação inclusiva nas escolas e entender a importância do professor e de sua formação para lidar com os desafios que lhes é imposto nesta jornada. Este estudo apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa. Sendo realizada uma pesquisa de campo. O desenho metodológico teve como público-alvo professoras de uma escola pública do município de Jurema do Piauí, sudoeste do Piauí. Para a coleta de dados, utilizamos um roteiro composto por perguntas voltadas para a formação docente em Ciências na perspectiva da educação inclusiva. O resultado desta pesquisa mostrou a relevância da inclusão educacional no ensino regular, a importância da formação pelos docentes, à busca pela formação continuada e a instrumentalização por meio de cursos e oficinas, como também o ponderamento sobre as dificuldades e desafios dos professores da referida cidade que foram entrevistados. Entendendo o contexto social, a percepção de formação, a ausência de estrutura e de material pedagógico adequado para lidar com a educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino de Ciências. Formação de Professores.

¹ Graduanda do Curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, francinete.campos@discente.univasf.edu.br;

² Graduanda do Curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, pyasmin496@email.com;

³ Docente do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, georgianna.santos@univasf.edu.br.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, possam ter acesso à educação de qualidade. Para tanto, é necessário que se enfatize a importância dos recursos humanos e da formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos desafios gerados no cotidiano escolar, em decorrência do processo de inclusão (Corrêa, 2009). Dito isso, podemos entender que para o processo de inclusão é necessário que haja entre outras coisas uma adaptação de atividades, o uso de metodologias específicas, a formação de professores e a oferta de suporte especializado.

A inclusão escolar tem se mostrado um processo contínuo e desafiador, mas é fundamental para garantir que essas crianças possam ter acesso à educação e desenvolver todo o seu potencial. “Há muito vivemos em uma sociedade contraditória, plural e polissêmica” (Hardoim et al, 2013), ou seja, há uma rica diversidade humana - étnica, religiosa, cultural, sexual, entre outras e a cada uma das pessoas que a constituem devem ser assegurados os direitos humanos, por meio de políticas integradoras e inclusivas.

Neste contexto, a escola inclusiva tem um desafio enorme para encontrar soluções que possam responder sobre o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais presentes na rede pública de ensino. Neste sentido, encontra-se a escola da racionalidade dividida em modalidades de ensino. Entretanto, ao assumir a postura de romper com as bases de uma estrutura educacional, como está evidenciado no contexto inclusivo, podemos encontrar a saída para que a escola possa espalhar sua ação formadora por todos os que dela participam (Mantoan, 2003).

A educação inclusiva é uma questão atual e social que está calcada em uma proposta de transformação dos sistemas educacionais, apresentando como princípio crucial a legitimação de uma educação mais justa e igualitária para todos, inclusive para o público-alvo da educação especial. Nesta concepção de ensino, todas as pessoas têm o direito de pertencerem a um único contexto escolar, participando e aprendendo na coletividade, independentemente de suas dificuldades e limitações (Brasil, 2008).

Neste caminho, o componente curricular do ensino de ciências apresenta em seus objetos de conhecimento uma diversidade de temáticas, desde as de mais fácil compreensão até as mais complexas. Na mediação desses conceitos científicos, o professor realiza a reconstrução constante de sua prática pedagógica para que os alunos possam estabelecer coerência entre estes e o contexto em que vivem e, assim, também estabelecer relações de pertencimento

incondicional, mediante a uma nova leitura de mundo. E, para que isso seja possível, é fundamental, sobretudo, compreender a diversidade da sala de aula, entender os pormenores da aprendizagem dos alunos, sua faixa etária, identidade sociocultural, além do mais, há a necessidade de criar todos os dias condições favoráveis de aprendizagem e pensar em um ensino flexível adequado às necessidades dos alunos (Viveiro; Bego, 2015, p. 15).

Os desafios da inclusão são multifacetados e exige uma atuação reflexiva, crítica, interdisciplinar e contínua. Logo, é o próprio convívio com os alunos com necessidades educacionais especiais que irá iniciar o processo de construção de novas alternativas de ensino, de novos percursos formativos, de novos recursos didáticos e de novas abordagens epistemológicas e didáticas. Nesta perspectiva, conhecer as práticas pedagógicas no Ensino de Ciências em um contexto de inclusão torna-se primordial à medida que favorece a apropriação de conceitos científicos para todos que estão naquele espaço, sala de aula.

Ensinar pessoas com deficiência torna-se um desafio para os professores, devido às particularidades de cada aluno. Outro ponto desafiador é a própria comunidade escolar e suas estruturas ou falta delas para lidar com uma escola inclusiva. Partindo deste pressuposto, se faz necessário reacender o debate a respeito da inclusão escolar, tendo em conta a pluralidade cultural. De acordo com Perlin (1998), dentro de uma comunidade social não existe apenas uma única identidade. Como somos plurais, esse processo constitui-se como sendo dinâmico. À medida que a pessoa vai se organizando e fazendo parte de um grupo, ela também passa a assumir ou rejeitar algumas características impostas pelo grupo a qual pertence. Mas, o interessante disso tudo é que a identidade está sempre em processo de formação ou transformação.

Por isso o debate se faz necessário, pois, mesmo na sociedade e nas comunidades fora do círculo escolar, há poucos esclarecimentos e pouca informação a respeito da educação inclusiva. Neste contexto, este estudo busca investigar as práticas pedagógicas dos professores de Ciências na perspectiva da Educação Inclusiva examinando as estratégias pedagógicas aplicadas pelos professores na disciplina de Ciências. Em particular, propõe-se delinear o perfil dos docentes que atuam no município de Jurema-PI, além de reconhecer e analisar as práticas pedagógicas implementadas no componente curricular de Ciências sob uma ótica inclusiva.

METODOLOGIA

O presente artigo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa e de pesquisa de campo. A abordagem qualitativa permite dialogar, criar sentidos e significados. Para isso,



convidamos três docentes da rede municipal de Jurema, localizada no sudoeste do Piauí, para participar deste estudo, trazendo suas experiências e descrevendo sua atuação docente na perspectiva da Educação Inclusiva. Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de perguntas sobre o objeto de estudo, organizadas em formato de entrevista. Os professores participantes da pesquisa tiveram seus nomes preservados, e serão citados como P1, P2 e P3.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo da análise dos dados obtidos por meio das entrevistas é conhecer as práticas pedagógicas dos docentes para o ensino de ciências na educação inclusiva, suas dificuldades e conquistas. As sínteses feitas das entrevistas focadas foram realizadas pela pesquisadora, fornecendo dados para análise e verificação da realidade investigada.

É fato que para trabalhar com alunos com condições específicas tem seus desafios. Pimenta (2002) aponta a importância da dimensão teórica na formação do professor, é necessário que o professor possua formação que o capacite a compreender as particularidades de cada um, a fim de planejar atividades adaptadas que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Neste contexto, os professores de uma escola municipal de Jurema no Piauí, que estão lotados em salas com alunos com condições específicas, relataram que precisam adaptar as rotinas e criar estratégias para atingir os objetivos pedagógicos. Colocaram que previamente os alunos têm acesso sobre as atividades que serão desenvolvidas, como as tarefas serão organizadas na sala de aula e qual é o seu papel no ambiente escolar. Essas rotinas contribuem para a compreensão, segurança e engajamento do aluno com condições específicas.

Um das perguntas da entrevista era voltada sobre a experiência dos docentes em turmas com estudantes com condição específica, todas docentes responderam que SIM, que já tinham lecionado em uma turma com discentes com necessidades especiais.

A professora P1 diz que: Já teve alunos com espectro autista e alunos com deficiência auditiva. A Professora P2 e P3 disseram que ambas trabalharam com alunos com Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH e com alunos com espectro autista. Ainda no quesito inclusão, todas as professoras detalharam que é preciso dar atenção também às diferenças culturais, sociais e religiosas, entre outras diferenças, para que de fato possa manter a inclusão de todos.



De acordo com Mendes (2002), o princípio básico da educação inclusiva implica na possibilidade de que todas as crianças aprendam juntas, independente de suas diferenças ou dificuldades apresentadas. Neste sentido as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos alunos, acomodando tanto estilos como ritmos de aprendizagem, assim assegurando uma educação de qualidade para todos.

Ainda nesta questão, a professora P1 ressalta que: “As diferenças individuais representam traços fundamentais de cada indivíduo, mesmo que estes demonstrem ter diferenças, algumas deficiências ou déficits de aprendizagem, pois cada aluno atravessa um processo único de desenvolvimento e aprendizagem independente de qualquer coisa”. Ela ainda acrescenta: “À medida que o professor estabelece uma conexão com o aluno, fica mais fácil moldar o ensino aprendizagem mais adequado a cada situação”.

Outro ponto importante diz respeito à participação de cursos de atualização sobre a inclusão de pessoas com condições específicas na rede regular de ensino, e qual a importância destes no desenvolvimento pedagógico do ensino nas salas de aulas. Indagado se já participaram de formações ou oficinas, todos os professores disseram que sim.

E quanto à relevância dessas formações, a professora P1 diz que: “É de grande importância o treinamento e cursos de capacitação para que o professor troque experiências e obtenha mais subsídios para desenvolver o ensino de forma mais criativa”. Ela ainda acrescenta que: “estes cursos complementam a formação inicial que se mostra insuficiente ao lidar com os desafios da educação inclusiva, pois as demandas da sala de aula inclusiva são inúmeras, e cada caso é único, específico a cada indivíduo, então quanto mais preparo e troca de experiência melhor para o professor”. Para a professora P2:

As demandas da sala de aula inclusiva são inúmeras e não há especialização, oficina ou curso que englobe todos os casos e demandas que surgem no dia a dia, e não só as que dizem respeito a alunos com TEA ou TDAH, mas de forma geral a todos os alunos, pois todos independente de deficiência tem necessidades e capacidades de aprendizados distintas.

Neste quesito, Saviani (2009), concorda que a formação dos professores é crucial para o ensino pedagógico em sala de aula. No entanto, ele ressalta a importância das condições de trabalho dos professores, abrangendo tanto as configurações relacionadas à carga horária quanto a outros aspectos práticos do trabalho docente na escola, que também desempenham um papel significativo na qualidade do ensino inclusivo. Ele adverte que a falta de condições favoráveis para a prática docente não apenas prejudica a eficácia dos resultados provenientes de uma sólida formação, mas também pode desencorajar os professores a investirem na busca por seu aprimoramento.



Diante desse cenário, os professores foram questionados sobre a disponibilidade de espaços físicos e de profissionais especializados na escola para ajudar os alunos com necessidades específicas, todos concordaram unanimemente que as condições da escola são precárias, tanto em termos de sua estrutura física, como suas instalações, quanto à escassez de material didático. De acordo com a professora P3: “A falta de condições apropriadas dificulta consideravelmente o trabalho, como a escassez de materiais específicos, a ausência de espaços adequados e o elevado número de alunos por turma, entre outros fatores” (P3).

De fato, conforme Booth e Ainscow (2002) os recursos não se referem apenas a dinheiro. Podem se referir também a falta de estrutura nas escolas e falta de material didático adequado. Outras barreiras podem surgir através dos próprios estudantes, pais e responsáveis, comunidades e professores; e também de forma cultural, e nas políticas e práticas escolares.

Outro ponto indagado na entrevista foi: Qual atividade inclusiva foi possível de ser realizada em sala de aula? As professoras P1 e P2 relataram que fazem uso dos recursos pedagógicos da escola como, jogos de tabuleiros e dominós para gerar uma socialização inicial dos alunos em inclusão. A professora P1 descreveu uma de suas aulas:

Foi sugerido fazermos o sistema solar, para tanto utilizamos de recurso que temos na escola como isopor, palitos e cola. Assim encaixamos as bolas de isopor nos palitos e utilizando um ponteiro de relógio simples, mostramos a movimentação dos dois principais astros (sol e Lua) no sistema solar (P1).

Quanto ao uso de material didático e pedagógico, a professora P3 ressalta que também fez bom uso dos disponíveis, ela relata que:

Em uma determinada aula eu utilizei esquemas ilustrados que tem no material pedagógico na escola; aí foi solicitado aos alunos que pontuassem as palavras mais importantes do tema como forma de avaliar o conteúdo aprendido; elaboração de desenhos que exemplifica se elementos (P3).

Alves e Matsukura (2012) indicam que os professores avaliam a necessidade de empregar recursos pedagógicos práticos, específicos e atrativos para os alunos, facilitando assim a natureza abrangente do trabalho escolar. As autoras advogam pela utilização de recursos e dispositivos de tecnologia assistiva, como engrossadores para lápis, computadores adaptados conforme as necessidades individuais dos alunos, e a adoção da comunicação alternativa, destacando seu papel crucial, uma vez que possibilitam promover e ampliar as habilidades das pessoas com limitações funcionais.

E vários autores propõem uma variedade de recursos que podem ser empregados para tornar as aulas de ciências mais dinâmicas, como a utilização de atividades concretas baseadas em experiências do dia a dia. É possível incorporar o uso de alfabeto móvel, figuras

geométricas, animais, objetos e até mesmo pessoas, histórias, música, vídeos, entre outros (Leonel; Leonardo, 2014).

Pode-se também incluir o uso de recursos como desenhos contemporâneos, elaboração de jogos e brinquedos, com a necessidade de adaptar o nível de complexidade das atividades ao longo do processo de ensino (Costa; Moreira; Seabra Júnior, 2015). No entanto, Fiorini e Miorini e Manzini (2014) apontam a atual escassez, e insuficiência ou falta de variedade desses recursos nas escolas. O que é o caso da escola analisada, onde muitas vezes a falta de material didático adequado dificulta o ensino aprendizagem, principalmente da pessoa com deficiência.

Contudo, o que ficou evidente ao entrevistar as professoras, é que elas consideram que a escola desempenha um papel importante no estímulo às atividades da pessoa com deficiência ou com necessidades inclusivas, estimulando conhecimentos sociais, culturais, formais e não formais. Assim o professor pode experimentar intervenções como um pesquisador, buscando estratégias que facilitem a aprendizagem e a interação social.

É importante lembrar que cada criança é única, e as estratégias de ensino devem ser adaptadas às necessidades individuais. Um ambiente estruturado e previsível proporciona suporte e facilita o aprendizado das ciências para a inclusão.

Ao desenvolver esta pesquisa podemos notar um problema estrutural na questão da inclusão, a falta de conhecimento, de investimento adequado e na formação dos professores causam uma barreira muito grande. E isto está de acordo com um artigo da UNESCO (2023) sobre Educação Inclusiva que delimitou algumas das principais barreiras enfrentadas na implementação desse modelo educacional, apontados no quadro 1:

Crenças:	As normas sociais frequentemente se apresentam como a maior barreira à inclusão. Crenças arraigadas sobre deficiências persistem, exigindo a promoção da informação para combater preconceitos que podem levar à discriminação e, assim, inibir o processo educacional.
Barreiras Físicas:	Muitas escolas carecem de instalações seguras para acomodar alunos com necessidades especiais. Barreiras ambientais como portas, passagens, escadas e rampas inadequadas, podem impossibilitar a entrada de alguns alunos com deficiência.
Currículo:	Um currículo inflexível, que não permite experimentação ou a

	<p>aplicação de diferentes métodos de ensino, configura uma significativa barreira à inclusão. Planos de estudo que não consideram diversos estilos de aprendizagem dificultam a experiência escolar para todos os alunos, incluindo aqueles sem deficiências.</p>
Professores:	<p>Professores não treinados ou desmotivados para trabalhar com alunos com deficiência representam uma barreira à inclusão. A capacitação profissional e o apoio da escola são cruciais para a formação desses professores.</p>
Fatores Socioeconômicos:	<p>Escolas com recursos financeiros limitados podem oferecer instalações e serviços precários, criando barreiras para todos os alunos e apresentando desafios que tornam a inclusão praticamente impossível.</p>
Organização do Sistema Educacional:	<p>Sistemas educacionais centralizados frequentemente não conduzem a mudanças e iniciativas positivas. As decisões, muitas vezes desvinculadas da realidade enfrentada pelos professores no cotidiano, são tomadas por autoridades pouco familiarizadas com os desafios enfrentados nas salas de aula.</p>
Políticas como Barreiras:	<p>Muitos políticos não compreendem ou não acreditam na educação inclusiva, o que pode atrapalhar os esforços para tornar as políticas públicas de educação mais inclusivas.</p>

Fonte: UNESCO (2023, p. 2)

Portanto, vencer estes obstáculos e enfrentar os desafios associados à inclusão escolar de alunos requer um compromisso constante, estudo e colaboração multidisciplinar. Além disso, é imperativo transformar crenças antiquadas e erradicar preconceitos. A participação ativa da família dos alunos com deficiência na formulação de estratégias educacionais é crucial, assim como o envolvimento dos profissionais que prestam assistência a esses alunos fora do ambiente escolar.

Outro ponto importante a se destacar é que observando o documento Propostas Para



Melhorar a Educação Municipal da Cidade de Jurema (2016), notamos que entre suas propostas estão as seguintes, conforme quadro 2:

<p>Valorizar e profissionalizar a gestão escolar</p>	<p>Garantir que os gestores escolares estejam preparados para liderar as ações necessárias para uma educação de qualidade. Para tal, é necessário que sejam selecionados a partir de critérios técnicos, frequentem programas de desenvolvimento profissional contínuo e tenham acesso a ferramentas que apoiem e facilitem a rotina da gestão.</p>
<p>Garantir uma infraestrutura apropriada nas escolas</p>	<p>Executar um plano de manutenção e melhorias na infraestrutura para garantir que todas as escolas da rede de ensino tenham um espaço físico adequado e um ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e propício para as relações de ensino-aprendizagem.</p>

Quadro: 2

Fonte: Propostas Para Melhorar a Educação Municipal da Cidade de Jurema-PI, (2016, p. 6)

Infelizmente notamos que muitas destas propostas ainda não foram de fato efetivadas, as professoras demonstraram uma preocupação com a falta de estrutura e de material adequado para que de fato possa haver um ensino amplamente conciliador e inclusivo.

Assim deve haver a garantia de que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de boa qualidade que possa responder a todas as necessidades essenciais de aprendizagem de modo a enriquecer a vida dos jovens. É assim que o direito à educação para todos se concretiza. Portanto, é preciso que tenha de fato a implementação de ações afirmativas para promover oportunidades iguais de acesso à educação de qualidade, incluindo todos os grupos da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Por meio das respostas das professoras entrevistadas, buscou-se analisar o papel da escola e dos professores do seu papel na formação e preparação do professor para o ensino de ciências na educação inclusiva.

Algo que fica visível é a falta de recursos e de instrumentalização adequada. O que se transforma em uma grande barreira para a inclusão realmente ser efetivada de fato. Os professores e outros profissionais em sua maioria, não recebem o devido treinamento e o desenvolvimento adequado para lidar com a questão da inclusão, e apresentam falta de engajamento filosófico e político para atender às diretrizes desse novo paradigma que é a inclusão, apresentando dúvidas conceituais, falta de clareza e indagações relevantes sobre a política (Matos; Mendes, 2015).

Como objetivo ao desenvolver essa pesquisa buscou-se compreender os desafios enfrentados pelo professor, entender o material pedagógico utilizado e os resultados observados na inclusão de alunos na rede de ensino regular.

Neste contexto, durante a coleta de dados, observou-se que os professores participantes estão em busca de especialização e conhecimento para atender de forma mais eficaz os alunos com necessidades especiais. No entanto, é evidente a necessidade de mais apoio por parte da escola e do município, a fim de facilitar um trabalho desafiador, proporcionando acesso a materiais adequados, recursos humanos, financeiros e materiais para um atendimento educacional mais abrangente.

Conseqüentemente, a partir das observações realizadas, percebeu-se que as estratégias pedagógicas estão sendo adaptadas, embora haja uma escassez de recursos didáticos diversos para envolver os alunos nas aulas de ciências. É notável que as abordagens docentes que promovem a aprendizagem estão principalmente relacionadas a estratégias lúdicas e de jogos, o que favorece o desenvolvimento cognitivo, educacional e social dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. (2005). **Os Caminhos da inclusão: breve histórico**. Em A. M. Machado, A. J. Veiga Neto, M. V. O. Silva, R. G. Prieto, W. Rannã & E. Abenhaim (Orgs.), *Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola* (pp. 39-53). São Paulo: Casa do Psicólogo.

AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 1997.



ALVES, A.C. J.; MATSUKURA, T.S. **O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores.** Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar, v.20, n.3, p.381-392, 2012.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 de Novembro de 2024. » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 outubro de 2024.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Resolução CNE/CP n° 2, de 15 de junho de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 de junho de 2012, Seção 1, p. 70

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: a integração/segregação do aluno diferente.** 1991. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 1991.

CASTRO, S. **A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino.** Monografia (Conclusão de curso de especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Portugal: Editora Porto, 1999.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os Professores e Sua Formação.** 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.



MATOS, S.N.; MENDES, E.G. **Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.1, p.9-22, 2015.

Mendes, E. G. (2002). Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. Em M. S. Palhares & S. C. F. Marins (Orgs.), Escola Inclusiva (pp. 61-85). São Carlos: EduFSCar.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, M. **A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação.** Construindo o Serviço Social, n.16, p.59-87, 2006.

PERLIN, Gládis Teresinha Tachetto. **Identidades surdas.** In: (Org.) SKILIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas: Autores Associados, 2008a.

TEIXEIRA, R. S.; SOUZA, R. O. L. **Análise de materiais educativos utilizados como ferramenta para a educação ambiental de estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 1032-1037, 2015.

UNESCO. **Propostas Para Melhorar a Educação Municipal da Cidade de Jurema do Piauí** (2016). Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/inclusive-education-brazil>. Acesso em: 20 outubro de 2024.

SEDUC – PI. Secretaria de Educação do Piauí. **Diagnóstico Educacional de Jurema-PI.** Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/arquivo/proalfatetizacao/DiagnosticoEducativo/JUREMA%20-%20PI.pdf>. Acesso em: 20 outubro de 2024.

TPE. Todos Pela Educação. **Painel dos municípios: Jurema do Piauí.** <https://paineledujamunicipios.todospelaeducacao.org.br/buscar/2205532>. Acesso em: 20 outubro de 2024.